



Miguel A. Lopes/Lusa

FISCALIDADE

Contribuição solidária é a solução da IL para compensar IRS a 15%

Liberais admitem coleta adicional de 7% dos rendimentos laborais e empresariais, como acontece na República Checa. Medida reduziria ganhos de contribuintes mais ricos e perda de receitas do Estado.

**LEONARDO RALHA
E ÁNIA ATAÍDE**
lralha@jornaleconomico.pt

A introdução da taxa única de 15% de IRS proposta pela Iniciativa Liberal (IL) para dinamizar a economia, reter quadros no país e reduzir a complexidade fiscal - e criticada, sobretudo pelo Bloco de Esquerda pelo "aumento exponencial" de vantagens para os mais ricos e pela perda de receita pública que levaria à degradação dos serviços públicos - será compensada com a transposição do modelo em vigor na República Checa.

Em causa está a combinação da *flat rate* de 15% de IRS (sem dedu-

ções mas com isenção dos primeiros 650 euros de rendimento, mais 200 euros por cada filho dependente, que duplicariam em famílias monoparentais, pelo que a IL alega que continua a haver proporcionalidade) com a contribuição solidária de 7% sobre rendimentos laborais e empresariais.

Uma das críticas à proposta de reforma do IRS - defendida em moldes parecidos pelo Chega - tem precisamente a ver com o maior benefício da *flat rate* para quem tiver rendimentos mais elevados, tendo o curodeputado bloquista José Gusmão apontado o exemplo de Pedro Soares dos Santos ao debater na SIC Notícias com o presidente da Iniciativa Liberal,

'Flat rate' de 15% de IRS seria sem deduções, mas com isenção dos primeiros 650 euros de rendimento, acrescidos de 200 euros por cada filho dependente

João Cotrim Figueiredo, pois o CEO da Jerónimo Martins ficaria a pagar menos 578 mil euros anuais.

Outra "agenda escondida" apontada pelos bloquistas é o "rombo na tributação direta que tornaria insustentáveis os serviços públicos de que os portugueses necessitam". No entanto, embora a IL aceite a estimativa da Deloitte de que o IRS a 15% teria um impacto entre três a 3,5 mil milhões de euros anuais, argumenta que parte da perda seria automaticamente recuperada no IVA decorrente do aumento do consumo, além do incremento da poupança e do crescimento económico que permitiria. "Note-se que bastaria um crescimento da economia de 4% para gerar receitas adi-

cionais para o Estado suficientes para compensar quase toda a perda de IRS", defendem, acrescentando medidas como a privatização de "dezenas de empresas públicas que nada têm a ver com serviços essenciais" e o fim da injeção de "milhares de milhões" para salvar empresas como a TAP e os bancos.

Fiscalistas têm reservas

Rogério Fernandes Ferreira, fundador da RFF&Associados e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, defende que seria preciso avançar com uma revisão de escalões, não bastando apenas criar mais um. "Se se considerar rendimentos mensais até 658 euros e se se atender ao atual 'mínimo de existência', que abrange pensionistas e trabalhadores dependentes e independentes, não prejudica os mais pobres, pois há 'isenção' até aos 9.215 euros anuais", diz. Já se a *flat rate* é uma "benesse para os milionários", diz que depende de como se caracteriza um milionário, "mas, certamente, uma taxa de 15% ou uma de 27%, como propõe a IL, beneficiará quem esteja sujeito a taxas superiores".

Samuel Fernandes de Almeida, sócio de Fiscal da Vda, com base nos dados de 2018 - em que 46% dos sujeitos passivos não tiveram IRS liquidado; 41% dos agregados obtiveram rendimentos até dez mil euros; apenas 9% declararam mais de 40 mil euros e cerca de 0,9% mais de 100 mil, sendo que esses 9% representam cerca de 63% do imposto liquidado - estima uma "perda significativa (imediate) e estimada", bem como "um impacto por determinar para os dois primeiros escalões que asseguram apenas 10,5% da receita".

Para este fiscalista, pelo menos em tese parte da quebra do IRS poderia ser compensada por um aumento do consumo e num aumento da produtividade e dos salários, pois uma taxa de 15% baixaria os custos globais do mercado. "Qual o impacto em termos de crescimento económico e por consequência noutros impostos - IVA, indiretos, imobiliário - teria de ser analisado e estimado", admite, no entanto. Em sua opinião, a maioria do impacto negativo da *flat rate*, "sem outras medidas de salvaguarda, poderia estar nos pensionistas de rendimentos mais baixos, que hoje em dia estão isentos de IRS".

Para Rogério Fernandes Ferreira, que afirma ser "provavelmente o pior momento para fazer uma reforma estrutural em matéria fiscal", a questão crucial é como compensar a quebra de receita do IRS. "Ou se arranja receita alternativa ou se diminui a despesa", frisa, defendendo que "impostos altos e mais impostos não potenciam globalmente o investimento ou a poupança", mas sim "a despesa pública, muitas vezes - e talvez mais agora - necessária". ●